



Ordem divulga relatório sobre investigações no ES

21/08/2002

A Ordem dos Advogados do Brasil divulgou a síntese do relatório da Missão Especial de combate ao crime organizado no Estado do Espírito Santo. O relatório entregue ao presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, revela ações feitas até agora pela Polícia Federal e Ministério Público (federal e estadual) no combate ao crime organizado.

Entre as pessoas citadas nas denúncias, 30% são autoridades públicas e 20% empresários. Os estrangeiros citados correspondem a 5% das acusações.

De acordo com o compromisso assumido em reunião com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, e diante da necessidade de se preservar o andamento das investigações, a OAB tornou público o resumo do documento assinado pelos delegados José Paulo Rubim Rodrigues, coordenador da Missão Especial, e Armando de Assis Possa, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal.

Leia o documento:

Síntese do Relatório da Missão Especial de combate ao crime organizado no Estado do Espírito Santo

A missão Especial teve início no dia 17 de julho de 2002, composta por 5 delegados da Polícia Federal, 5 agentes da Polícia Federal, 10 agentes lotados no Comando de Operações Táticas e 1 helicóptero de apoio. A partir do dia 24 de julho, outra equipe de policiais rodoviários federais passou a integrar a missão com mais 50 homens, uma equipe aérea (helicóptero) e 22 viaturas, além de uma equipe especializada em interdição de drogas, com utilização e cães farejadores.

Diretrizes: Policiamento ostensivo nas rodovias sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal; prioridade para a instauração de inquéritos de crimes de sonegação fiscal e de lavagem de dinheiro; criação de grupo específico para produção de inteligência como suporte das investigações do crime organizado; instalação de disque-denúncia (veja quadro); segurança a autoridades e pessoas ameaçadas.

Linha de trabalho: Foram adotadas duas linhas de investigação: dos grupos organizados de extermínio e do crime organizado com envolvimento de agentes públicos dos poderes constituídos.

Ações em andamento:

Coleta de depoimentos de testemunhas do assassinato do advogado Marcelo Joaquim Denadai e um estreitamento no relacionamento com o Ministério Público Estadual e o Juízo do Tribunal de Juri de Vila Velha para dar suporte à ação penal em andamento contra o soldado Dalberto, da Polícia Militar, preso como executor do crime. O estágio atual das investigações está sendo



mantido em sigilo para não prejudicar ações em curso. Com relação ao assassinato de Leonardo Siman, possíveis suspeitos já foram identificados e estão sob investigação.

Prisão de quadrilha de roubo de carros, com participação de policiais militares, entre eles o capitão PM Fabrício da Silva Martins, com ramificações nos Estados do Rio e São Paulo.

Apreensão de um caminhão que carregava 4 quilos de cocaína.

Inquérito Policial nº 207/2002-SR/ES, que investiga as ameaças ao presidente da OAB/ES: em fase de diligências.

Inquérito Policial nº 208/2002-SR/ES, que apura ameaças contra os juízes da Justiça Estadual: em fase de diligências.

Inquérito Policial nº 250/2002-SR/ES: instaurado por auto de prisão em flagrante por crime de receptação de veículo roubado em poder do policial militar Jocemar Loureiro.

Inquérito Policial nº 252/2002-SR/ES: instaurado para apurar a atividade de grupos de extermínio como manifestação do crime organizado no Estado.

Inquérito Policial nº 258/2002-SR/ES: instaurado por auto de prisão em flagrante contra Olmir Fernando de Araújo Castiglioni, vereador do município de Colatina e soldado da PM por porte ilegal de arma.

Inquérito Policial nº 260/2002-SR/ES: instaurado em razão de terem sido encontrados artefatos explosivos dentro de um cesto de lixo na área externa do Aeroporto Internacional de Vitória.

Quadros estatísticos do disque-denúncia referentes às 800 primeiras denúncias por intermédio do telefone 3314-4490 e de documentos encaminhados nos primeiros 30 dias:

CARACTERÍSTICAS DAS PESSOAS CITADAS NAS DENÚNCIAS

Autoridades públicas: 30%

Funcionários Públicos: 25%

Empresários: 20%

Cidadãos comuns: 20%

Estrangeiros: 5%

TIPOS DE CRIMES CITADOS NAS DENÚNCIAS

Crimes contra a administração pública: 45%

Tráfico ilícito de entorpecentes: 20%

Crimes contra a vida: 25%

Denúncias sobre foragidos da Justiça: 5%



Crimes diversos: 5%

CIDADES DO ESPÍRITO SANTO CITADAS NAS DENÚNCIAS

Capital e Grande Vitória: 50%

Sul do Estado: 25%

Norte do Estado: 15%

Outras cidades: 10%

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2002-ago-21/ordem_divulga_relatorio_investigacoes_es/